

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.589 - MG (2019/0292317-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : J D DA S
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO - MG177478
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por J D DA S contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido no HC n. 1.0000.19.087523-7/000.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável). A defesa, buscando o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, impetrou o *writ* originário, o qual foi denegado.

Sustenta-se que *a acusação carece de lastro probante mínimo que ampare a pretensão punitiva manifestada, pois a simples afirmação de que o recorrente praticou os fatos que lhe foram imputados, baseadas em depoimentos vagos e contraditórios da vítima – em conjecturas claramente fantasiosas, desacompanhadas de substrato probatório mínimo em relação à sua materialidade e autoria, é indubitavelmente insuficiente* (fl. 149).

Requer, assim, em liminar e no mérito, o trancamento da ação penal.

É o relatório.

Decido.

Ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

